

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.645 - MS (2019/0272993-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : NILCEIA ALVES DE SOUZA**  
**RECORRIDO : LEUTÉRIA GOMES**  
**ADVOGADO : FLÁVIO ALVES DE JESUZ - MS011502**

**DECISÃO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça daquele estado**.

O recorrente aponta violação do art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006. Argumenta que a intimação do Ministério Público se concretiza na data em que houver a consulta do seu teor, que será certificada nos autos, de modo que, caso não realizada no prazo de 10 dias, contados do envio, efetua-se automaticamente em seu termo final.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja reconhecida a tempestividade da apelação.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o especial, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo seu provimento.

**Decido.**

Primeiramente, observo que o recurso especial suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade, razões pelas quais avanço na análise de mérito da controvérsia.

**I. Contextualização**

Extrai-se dos autos que, **diante da absolvição das rés**, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, da prática do crime previsto no art. 299, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, **o Parquet interpôs apelação. O Tribunal estadual, contudo,**

**não conheceu do referido recurso motivado na sua intempestividade.**

## **II. Contagem do prazo recursal para o Ministério Público**

A questão posta em debate no presente recurso limita-se a definir qual o termo inicial para a contagem do prazo recursal para o Ministério Público, a partir da nova sistemática com a entrada em vigor da Lei n. 11.419/2006.

Acerca da matéria, o Tribunal de origem se manifestou nos termos seguintes (fls. 352-355, grifei):

O recurso interposto pelo Ministério Público Estadual não merece ser conhecido por inobservância a requisito extrínseco de admissibilidade, qual seja a tempestividade.

É cediço que o Ministério Público Estadual dispõe de prerrogativa de intimação pessoal, que é efetivada com a entrega dos autos com vistas, conforme disposto no art. 41, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8625/93), e no art. 370, § 4º, do CPP, art. 180, § 1º, do NCPC e art. 18, II, "h", do Estatuto do MPU (LC 75/93).

Apesar da controvérsia divergente anterior, quanto a expressão “entrega dos autos com vista” a formalizar a intimação do Órgão Ministerial, passou a prevalecer o entendimento de que **a intimação pessoal deste, seria aperfeiçoada com o mero recebimento dos autos com vista, sendo indiferente o momento em que o Promotor responsável venha manifestar sua ciência, de modo a não ensejar uma quebra do princípio da paridade processual, pois do contrário, permitiria ao membro do MP dilatar indefinidamente os prazos recursais a sua conveniência, sem que a recíproca a defesa fosse aplicada na mesma proporção.**

Assim, a luz do art. 593, II, do CPP, majoritariamente é **entendido na jurisprudência, que o prazo para a interposição de recurso de apelação correspondente a 05 (cinco) dias, passará a correr ao Membro Ministerial a partir do recebimento dos autos com vista.**

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Igualmente já me posicionei no mesmo sentido, em voto da lavra do Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques:

[...]

A propósito, a questão em debate já teve anterior apreciação pelo Conselho Nacional de Justiça, quando do exame do pedido de providências n. 0007514-77.2013.2.00.0000, que em decisão plenária data de 06/05/2015, o acórdão recebeu a seguinte ementa:

[...]

**No caso dos autos, a sentença foi registrada na data de 27/07/2018 (fls. 306), e foi dada vista dos autos ao Promotor de Justiça em 02/08/2018, conforme certidão de fls. 308, decorrendo que o prazo para interposição recursal defluiria efetivamente do primeiro útil subsequente (02/08/2018 – sexta-feira) com término no dia 07/08/2018 (terça-feira).**

**Todavia, em consulta ao Sistema de Automação do Judiciário – SAJ, verifico que o recurso foi interposto somente em 17/08/2018, o que permite concluir por sua intempestividade, já que não observado o quinquídio legal.**

Ante o exposto, não conheço do recurso interposto, restando prejudicada a análise do mérito recursal.

Como se pode observar pelo trecho acima transcrito, o Tribunal estadual reconheceu a intempestividade da apelação, por entender que, com base na Lei n. 11.419/2006, que instituiu a informatização do processo judicial, a intimação pessoal do Ministério Público **é realizada no dia em que os autos são disponibilizados no sistema eletrônico da instituição, pois, a partir desse momento, já ocorre a viabilização da consulta do acórdão. Desse modo, considera que o MP teve vista pessoal dos autos na data em que foi formalmente cientificado da decisão.**

**A jurisprudência desta Corte, contudo, se firmou no sentido de serem aplicáveis também ao Ministério Público as regras contidas no art. 5º, § 1º e 3º, da Lei n. 11.419/2006, em razão da paridade de armas e do devido processo legal.**

Desse modo, a intimação eletrônica será considerada realizada na data em que o *Parquet* efetuar a consulta eletrônica ou, se não efetuada no prazo de 10 dias corridos, contados do seu envio, haver-se-á como ocorrida, tacitamente, no último dia do prazo dos 10 dias previstos para consulta. O acórdão recorrido está, portanto, em desacordo com o entendimento deste Superior Tribunal.

A propósito:

[...]

Consoante entendimento desta Corte Superior, "nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu envio, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo" (HC 400.310/SP, MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017).

2. A lei não faz exceção ao Ministério Público, razão porque, em atendimento ao princípio da igualdade entre as partes no devido processo legal, a regra vigora também para a contagem dos prazos de interesse do órgão ministerial.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

**(AgRg no REsp n. 1.827.505/MS, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 17/9/2019)**

[...]

1. A realização da intimação eletrônica se dá no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo essa realizada no prazo de 10 dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 dias previstos para consulta (Lei n. 11.419/2006).

2. Para a jurisprudência deste Superior Tribunal, a Lei n. 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial.

[...]

4. Agravo regimental improvido.

**(AgRg no REsp n. 1762101/MS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª T., DJe 13/11/2018)**

Na presente hipótese, conforme certificado à fl. 310, ante a inexistência de leitura da intimação eletrônica dentro do prazo de 10 dias corridos, o Ministério Público foi automaticamente intimado em 12/8/2018 (domingo), com o início do prazo para a interposição do recurso em 13/8/2018 (segunda-feira). **Desse modo, a protocolização do recurso de**

**apelação no dia 17/8/2018 foi feita tempestivamente, pois respeitado o prazo de 5 dias, estabelecido no art. 593 do CPP.**

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial para reconhecer a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, bem como determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul aprecie o mérito da apelação.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator